

Situações Jurídicas Subjetivas

Direito Subjetivo

É o poder, conferido pelo ordenamento, para que alguém atue sobre determinado objeto e exija de outrem determinado comportamento. Não é, todavia, poder ilimitado, mas funcionalizado, ou seja, quando oposto a um sujeito passivo, deve operar-se em uma relação de cooperação entre o titular do direito e o detentor do dever jurídico.

O direito subjetivo tem limites internos, cujos contornos são dados por sua função e pela boa-fé. A pessoa que ocupa o polo passivo não pode ser atingida em sua dignidade e deve contribuir para a realização do direito subjetivo.

O direito subjetivo contém uma pretensão, que é o poder que o titular do direito subjetivo tem de, ao ter violado o seu direito, exigir um comportamento alheio. Essa pretensão é amparada por uma garantia coercitiva disponibilizada pelo ordenamento, que, se for judicial, manifesta-se por meio da ação.

Dever Jurídico

É a posição contraposta ao direito subjetivo. É uma obrigação de realizar dado comportamento, positivo ou negativo, frente ao titular do direito subjetivo. Tal obrigação, bem como o direito subjetivo, pode advir de norma estatal ou de ato de autonomia privada, como o contrato ou o testamento.

Direito Potestativo

É o poder de influir na esfera jurídica de outrem, sem que este possa fazer algo senão se sujeitar. É uma situação irresistível, em que a produção de efeitos não pode ser obstada pela outra parte, pois não depende de sua colaboração. Não pode, dessa forma, haver violação do direito potestativo, por isso é impossível haver pretensão.

Sujeição

É o lado passivo do direito potestativo. Traduz-se na situação em que alguém se subordina, de forma inevitável, aos efeitos do comportamento de outro. São, pois, invioláveis, não havendo meio de o sujeito passivo descumpri-la. Em razão da limitação à liberdade individual que a sujeição apresenta, apenas a lei pode estabelecê-la.

Faculdade Jurídica

Traduz-se em um poder de exercício unilateral para obtenção de determinada finalidade. Está contida no direito subjetivo, isto é, é uma forma de exercer o direito subjetivo, uma modalidade de seu exercício.

Interesse Legítimo

Interesse legítimo ou interesse juridicamente protegido é "uma pretensão razoável cuja procedência ou não só pode resultar do desenvolvimento do processo" (REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 263).

O direito subjetivo pode conter e tutelar interesses. Mas como situação subjetiva autônoma, trata-se de uma situação unilateral e reflexa de um interesse coletivo.

Poder-dever

É uma situação especial que compreende vários deveres que devem ser exercidos em função de outrem, mas que confere uma esfera de liberdade no desempenho desses deveres.

Ônus

É a situação subjetiva em que determinado comportamento é devido para que se alcance a validade ou a eficácia de um ato pretendido.

O descumprimento do ônus não é ilícito, pois é facultado ao agente escolher se o desempenhará ou não. No entanto, se não o desempenhar, não atingirá interesse próprio.

Para aprofundamento (fonte)

NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. **O direito pela perspectiva da autonomia privada**. 2ª ed. Belo Horizonte: Arraes, 2014, Cap. 1.